sabe, atingiu uma teoria muito próxima da keynesiana sem que tivesse havido qualquer contacto entre os dois teóricos. Este artigo, onde se demonstra a instabilidade de um sistema definido em termos de pleno-emprego, estabilidade de preços e «disciplina» sindical, permite-nos concluir que entre KALECKI e KEYNES há uma distância muito significatica, com vantagem para o primeiro. Claro que o artigo nos mostra, também, como era possível prever rigorosamente em 1943 qual iria ser o problema central das economias contemporâneas. É, indiscutìvelmente, um texto exemplar.

Será ainda útil referir as duas óptimas introduções históricas, de DOBB (1937) e de MEEK (1956), um texto curioso de VEBLEN (1908) que, sem ser um dos melhores textos de um autor fundamental e muito esquecido pela ortodoxia, nos dá algumas indicações sobre a potência teórica deste «clássico» da crítica da teoria económica.

Finalmente refiramos que, algo paradoxalmente, o texto de MARX (extraído dos *Manuscritos* de 1844) não é uma escolha típica das propostas de MARX; efectivamente, a sua teoria é mais claramente exposta, nesta selecção, pelos autores «capitalistas» do que por ele próprio. Limitação curiosa que acaba por ter altos dividendos teóricos.

Uma outra limitação, esta mais importante: a lista bibliográfica inserta no fim do volume é demasiado curta para a importância dos temas que aqui se analisam. Assim se perde uma óptima oportunidade de dar conta de importantes obras não-ortodoxas que, como é óbvio, raramente são aconselhadas ou referidas.

De qualquer forma, supomos ter deixado bem claro que, em nossa opinião, este livro deve ser considerado de leitura obrigatória e não só para os estudantes mas, sobretudo, para os professores de economia.

J. A. Aguiar

ILLICH, Ivan — *Libertar o futuro* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1973, 241 pp.

Na presença de um texto, não é normalmente fácil distinguir com clareza o que nele é dominantemente análise científica mais ou menos rigorosa, daquilo que se pode chamar doutrina, ou proposta de intervenção de base sobretudo ideológica.

O título original do livro de ILLICH — *Celebration of Awareness: a Call for Institucional Revolution* — desde logo aponta para um conteúdo polémico e de intervenção, que a leitura das diversas conferências, estudos, manifestos, relatos de experiências, que o autor organizou em outros tantos capítulos, não deixa de confirmar.

Sem dúvida, se pode aperceber uma certa unidade, resultante do carácter «comprometido» da obra no seu conjunto. Mas os textos são manifestamente heterogéneos, quer quanto às respectivas temáticas quer quanto às formas de abordagem e tratamento, como de resto o «Prefácio» sublinha.

Não cabe, é claro, tratar aqui as múltiplas questões levantadas, desde as análises à situação da Igreja, aos esboços de estudo das comunidades portoriquenhas, passando com especial incidência pelos problemas do desenvolvimento, da educação e da escola.

Apenas um exemplo do que poderíamos qualificar como perspectiva moralizante, ideológica e talvez em certo sentido ingénua: «Nós somos desafiados a deitar por terra os sistemas sociais e económicos obsoletos que dividem o mundo entre os sobreprivilegiados e os subprivilegiados. Cada um de nós, seja ele dirigente governativo ou contestatário, homem de negócios ou operário, professor ou estudante, partilha uma culpa comum. Fomos todos incapazes de descobrir como fazer as necessárias mudanças nos nossos ideais e nas nossas estruturas sociais». E poucas linhas adiante: «Precisamos, portanto, de lutar cooperativamente para criar o mundo novo. Não nos sobeja tempo para a destruïção, o ódio ou a indignação. Temos de construir na esperança, na alegria e na celebração».

Não se trata de negar uma eventual eficácia ideológica a apelos deste tipo. O problema que caberia a este propósito pôr seria antes o da localização desta «fala» e o das razões de sucesso do seu consumo.

Mas, vale a pena insistir, o conjunto do livro não pode ser avaliado pela extrapolação da análise do fragmento citado. Há outras questões e outros tons. Aquilo de que em todos os casos ILLICH se não demite nunca é de fazer desembocar os seus textos em proposta de alternativa, nem de, em relação aos termos das alterna-

tivas enunciadas, vincar claramente a sua própria opção.

Trata-se de um livro cujo poder estimulante reside provàvelmente nos seus aspectos provocatórios e discutíveis, no esforço permanente de utilizar o ângulo inexplorado de visão, na recusa deliberada e assumida de percorrer os caminhos institucionalizados.

João Ferreira de Almeida

PALLOIX, Christian — *A Economia Mundial de Iniciativa Privada* — — Lisboa, Editorial Estampa, 1972, 2 volumes, 380 e 349 pp.

Conforme é afirmado no Prefácio e na Introdução desta obra, o realce dado à situação da *economia mundial capitalista,* em oposição à *economia nacional* não é novo no pensamento marxista. Com efeito, já no princípio deste século Rosa LUXEMBURG exigia claramente a deslocação da análise marxista do nível nacional para o nível mundial, a fim de se obter uma explicação mais válida do capitalismo de então.

Acontece que, de há dez anos a esta parte, após os trabalhos de C. BETTELHEIM, P. M. SWEEZY, A. G. FRANK, A. EMMANUEL, S. AMIN, G. ARRIGHI, H. MAGDOFF e C. PALLOIX, a teoria marxista *domina,* no dizer deste, a realidade fundamental que é a economia mundial.

Tal ponto é fortemente realçado por SWEEZY *(L'Homme et la Société,* Paris, n.º 15, p. 145) da seguinte forma:

«Apesar de todos os obstáculos e dificuldades penso que a economia marxista realizou notórios progressos e trouxe importantes contribuições à compreensão do mundo de hoje. Permito-me citar apenas um domínio no qual acho que a sua superioridade sobre a economia ortodoxa (burguesa) é evidente e esmagadora. Trata-se da explicação daquilo que frequentemente se tem considerado o problema do século XX: o fosso que se vai cavando cada vez mais entre um punhado de *países capitalistas avançados* e o que se costuma designar por *terceiro mundo*».

«A economia ortodoxa não nos contempla com nada de útil sobre o assunto, em grande parte pela razão que [...] este ponto é posto de lado pelo paradigma que lhe é subjacente. E as suas propostas para preencher o citado fosso desde há muitos anos revelaram a sua impotência».

«Pelo contrário, graças à economia marxista, a explicação deste fenómeno [...] revela-se extremamente clara nas suas grandes linhas. Esta explicação pode resumir-se esquemàticamente sob a forma seguinte:

a) O desenvolvimento dos países avançados dos nossos dias apoiou-se, desde o início, na subjugação e exploração dos países do terceiro mundo. Nestes últimos, as sociedades preexistentes foram em grande parte destruídas e, em seguida, reorganizadas em função dos objectivos dos conquistadores. As riquezas transferidas para os países avançados de então foram, nestes, uma das principais fontes de acumulação do capital;

b) As relações estabelecidas entre os dois grupos de países — comércio, investimentos e, mais recentemente, a chamada *ajuda* — foram organizados de tal forma que garantem o desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros;

c) Não há absolutamente nada de misterioso na existência desse fosso ou no seu alargamento. Um e outro constituem a consequência inevitável da estrutura global do sistema capitalista;

d) Daí resulta que só o derrubamento decisivo do modelo de relações em vigor pode abrir caminho a uma mudança de situação e a um verdadeiro desenvolvimento dos países do terceiro mundo. Estes devem assumir o *controle* do seu próprio excedente económico e utilizá-lo, não para o enriquecimento alheio, mas para o seu próprio desenvolvimento e em favor dos seus próprios povos, o que pressupõe a realização da revolução pela queda do imperialismo assim como dos seus aliados e agentes locais».

Uma perspectiva desta natureza não pode deixar de conter uma crítica aberta à teoria ortodoxa do comércio internacional e, de facto, contém-na quando nega à troca a possibilidade de se constituir numa categoria explicativa em si; mas, a sua novidade e maior proveito está no facto de constituir também uma crítica importante do marxismo dogmático que considerava que o *problema externo* era do domínio exclusivo da conjuntura, logo, afastado, por natureza, da forma específica do seu corpo teórico.